



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

INFORMATIVO nº 03/2019 CAOPIJ

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE encaminha o presente informativo contendo informações acerca do pleito interposto perante o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), requerendo o fornecimento de dados do cadastro eleitoral (nome, título de eleitor, CPF, sessão de votação) dos eleitores dos municípios de Pernambuco, para fins de realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a realizar-se no próximo mês de outubro.

Na sessão ordinária nº 71, realizada na tarde do dia 09/09/2019, o pleno do TRE-PE aprovou, por unanimidade, o Parecer elaborado pela Corregedoria Regional Eleitoral, acerca do requerimento formulado pelo CMDCA, proclamando, ao final, o resultado.

Para iniciar a discussão e votação da questão administrativa submetida à respectiva Corte Eleitoral, o desembargador Frederico Neves, eleito presidente nessa mesma sessão, procedeu à leitura, de forma abreviada, do Parecer elaborado pela Corregedoria Regional Eleitoral, nos seguintes termos:

A Corregedoria Regional Eleitoral, em 07/08/2019, obteve resposta da Corregedoria Geral Eleitoral acerca da consulta realizada sobre a interpretação e extensão da aplicabilidade da cessão de dados protegidos, estabelecida no §3º do art. 29, da Resolução nº 21.538/2003, solicitados pelos diversos Conselhos Tutelares dos municípios em Pernambuco. E a Corregedoria Nacional se posicionou, na parte final, da seguinte forma:

“Por fim, as informações a serem fornecidas aos Conselhos Tutelares devem, desse modo, seguir as orientações definidas em cada Corte Eleitoral Regional para o tema”.

(...)

A Resolução nº 21.538/2003, em seu §3º do art. 29, restringiu a cessão de dados pessoais de eleitores, com a ressalva de poder fornecer a Juízes, Promotores e Delegados Policiais, no intuito de subsidiar informações às respectivas atividades funcionais, exclusivamente.

O TRE-PE aderiu ao sistema do Paraná, denominado SIEL, que permite aos legitimados acima obterem as informações em tempo real.

Pelas razões acima elencadas, a Corregedoria Regional Eleitoral de Pernambuco entende que apenas os previstos legalmente podem ter o direito e acesso aos dados pessoais do eleitor e o número do título ou zona eleitoral. As demais unidades governamentais públicas ou privadas não possuem essa liberalidade, por força da norma constante do §3º do art. 29, da Resolução nº 21.538/2003.

No entanto, para ajudar na realização das eleições de Conselheiro Tutelar, entende seja possível fornecer, em meio magnético, apenas os nomes, em ordem alfabética, por local de votação, que possua mais de duas sessões eleitorais, devendo ser incluído, nas relações dos locais que tenham até duas sessões, o local de votação mais próximo.

(...)

No que pertine à relação conter o número do título eleitoral, esta assessoria entende que a Resolução nº 21.966/2004 apenas liberou a entrega do respectivo número, especificamente, aos partidos políticos em processo de registro na Justiça Eleitoral, não deliberando aos demais órgãos partidários existentes, órgãos públicos ou privados.

(...)

Os dispositivos acima elencados buscam resguardar a privacidade do cidadão, restringindo o acesso apenas aos magistrados, membros do Ministério Público, autoridades policiais e diretórios nacionais de partido político. Aos demais solicitantes sempre devemos resguardar a privacidade dos cidadãos, em obediência à legislação vigente, principalmente em ano não eleitoral, onde muitos buscam ter acesso aos dados dos eleitores de seus municípios.

Por fim, o parecer desta assessoria permeia pela preservação da privacidade dos eleitores, devendo, para tanto, ser fornecida a listagem contendo:

1-Nome dos eleitores, em ordem alfabética, por local de votação que possua mais de duas sessões eleitorais.

A relação dos locais com até duas sessões eleitorais deverá ser fornecida em conjunto com o local mais próximo.

2- A relação deve ser gerada com o NOME CIVIL dos eleitores, tendo em vista que não há como os eleitores com nome social serem identificados, sem que contenha, nas listas, os nomes dos genitores, data de nascimento e título eleitoral

3- Não poderá constar na listagem o número do título ou qualquer outro dado constante do cadastro eleitoral que facilite a identificação dos eleitores.

Desta feita, o então presidente conclui que o parecer encontra respaldo na legislação atinente à espécie, sendo acompanhado pelos demais desembargadores presentes à sessão, proclamando, em seguida, o resultado, no sentido da aprovação, unânime, do Parecer da Corregedoria Regional Eleitoral, nos seus precisos termos:

- *de modo a autorizar o fornecimento do nome dos eleitores, observada a ordem alfabética, no local de votação que possua mais de duas sessões eleitorais, sendo certo que a relação dos lugares com até duas sessões deverá ser fornecida em conjunto com o local mais próximo;*
- *A relação deve ser gerada com o NOME CIVIL dos eleitores, tendo em vista que não há como os eleitores com nome social serem identificados, sem que contenha, nas listas, os nomes dos genitores, data de nascimento e título eleitoral;*
- *não poderá constar da listagem o número do título ou qualquer outro dado constante do cadastro eleitoral que facilite a identificação dos eleitores.*

Por oportuno, informa, ainda, este Centro de Apoio que todos os cartórios eleitorais serão orientados, amanhã, a disponibilizarem as listas de eleitores, em ordem alfabética, sem o número do título, mas com os respectivos locais de votação. Exemplificativamente, o Colégio X tem cinco sessões, a listagem dos eleitores daquele local será disponibilizada por ordem alfabética, sem, no entanto, indicar a sessão de votação.

Recife, 12 de setembro de 2019.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Coordenador CAOPJ

Maria Thereza N. de Miranda Medeiros
Analista Ministerial CAOPJ